



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

MARIA DAS GRAÇAS DAMASCENO

**A PERCEPÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL LEGISLATIVA SOBRE A POLÍTICA
EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ, ESTADO DO
PARÁ, BRASIL.**

**BRAGANÇA-PA
ABRIL – 2018**

MARIA DAS GRAÇAS DAMASCENO

**A PERCEPÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL LEGISLATIVA SOBRE A POLÍTICA
EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ, ESTADO DO
PARÁ, BRASIL.**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à
Faculdade de Educação, como requisito parcial para
obtenção do diploma do Curso de Licenciatura em
Pedagogia na Universidade Federal do Pará- UFPA.
Orientador: Dr. Francisco Pereira de Oliveira

**BRAGANÇA-PA
ABRIL – 2018**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

MARIA DAS GRAÇAS DAMASCENO

**A PERCEPÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL LEGISLATIVA SOBRE A POLÍTICA
EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ, ESTADO DO
PARÁ, BRASIL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação do Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção de grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: **Prof. Dr. Francisco Pereira de Oliveira**

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Francisco Pereira de Oliveira – Orientador

Universidade Federal do Pará – UFPA
Campus Universitário de Bragança
Faculdade de Educação

Prof. Me. Marcos Alexandre Borges Monteiro – Membro Titular

Universidade Federal do Pará - UFPA
Campus Universitário de Bragança
Programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental

Conceito: _____

Profa. Espec. Gamaliel Tarsos de Sousa – Membro Titular

Universidade Federal do Pará - UFPA
Campus Universitário de Bragança
Programa de Pós-Graduação em Linguagens e
Saberes da Amazônia

Conceito: _____

**BRAGANÇA-PA
ABRIL – 2018**

AGRADEÇO ...

- ✚ A Deus pelo amor imensurável e sua resignação as minhas imperfeições. Ao favor imerecido;
- ✚ Ao meu orientador, Prof. Dr. Francisco Pereira de Oliveira, pela pessoa que é - um ser humano sensível e íntegro. Um profissional de excelência. Um homem 'indesistível' nas conquistas de seus ideais;
- ✚ À minha família biológica, em especial a minha mãe que sempre me motivou aos estudos;
- ✚ À minha irmã Conceição pelo suporte e carinho;
- ✚ Ao meu irmão Raimundo (*in memoriam*);
- ✚ À minha irmã Ângela que sempre acreditou nos meus sonhos;
- ✚ À amiga de infância, Thays Rodrigues, e sua mãe, Providência, uma família que me acolheu e me 'adotou' em seu lar. A elas, um amor para a vida toda;
- ✚ Às minhas amigas de Curso e, agora de vida, Sthefanne Negrão e Marília Machado, ganhei parceiras que serão de longas e boas jornadas;
- ✚ À minha família espiritual de Nova Esperança do Piriá-PA, a saber: Pra. Natália Dayara, Leosenir Vidal, Silvando Cavalcante e sua esposa Cirley, Anniele Santos, Jetro Silva, Alex Padilha, Francinete Amorim, Geomiro Bastos, Débora Mendes, Werllen Peixoto e todos que me ajudaram direta e indiretamente na concretização dessa graduação.

O MEU MUITO OBRIGADA!!!

“Não há nada, sobretudo, de mais intolerável do que a injustiça armada” (Aristóteles, 2000, p. 4-6)

A PERCEPÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL LEGISLATIVA SOBRE A POLÍTICA EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ, ESTADO DO PARÁ, BRASIL.¹

Maria Das Graças Damasceno²

Francisco Pereira de Oliveira³

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal analisar a percepção dos vereadores do município de Nova Esperança do Piriá, estado do Pará, sobre as políticas públicas de educação do referido município, assim como descrever o processo perceptivo que a vereança possui sobre os projetos, programas e ações relacionadas à educação. A pesquisa ocorreu no período de agosto de 2017 a janeiro de 2018. Elegeu-se como abordagem de pesquisa a qualitativa, onde foi possível elaborar e aplicar questionários com perguntas abertas e fechadas, tendo como foco principal os parâmetros que envolvem as políticas públicas e seus vieses a realizar a descrição do entendimento dos sujeitos questionados. A amostragem foi constituída de 5 (cinco) do universo de 9 (nove) vereadores da Câmara Municipal do Município de Nova Esperança do Piriá-PA. A análise ocorreu, primeiramente, pela organização e tabulação das respostas oriundas do questionário e, em seguida, análise e interpretação do conteúdo, com a transcrição total ou parcialmente das respostas mais expressivas. Os principais resultados demonstraram que a vereança não percebe políticas públicas de educação de forma efetiva no município de Nova Esperança do Piriá-PA, e, um dos fatores para essa não percepção é o não entendimento do que sejam essas políticas. Todavia, superficialmente, pouco foram os vereadores que demonstraram e assinalaram algumas das políticas públicas, por exemplo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar e outros, sendo que estes são programas do Governo Federal.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Educacionais. Câmara de Vereadores. Percepção.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação do Campus de Bragança/UFPA, em formato de artigo e estruturado a partir das normas da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (Anexo I) em virtude de submissão após banca avaliadora.

² Aluna do Curso de Pedagogia, Concluinte em abril de 2018, Faculdade de Educação, Campus de Bragança, Universidade Federal do Pará. *E-mail:* gracinhadamasceno@yahoo.com.br

³ Professor Orientador. Doutor em Biologia Ambiental. Professor Adjunto da Universidade Federal do Pará, com pesquisa em áreas costeiras e socioambientais. Participa do grupo de pesquisa do Laboratório de Ecologia de Manguezal (LAMA), Campus de Bragança. *E-mail:* foliveiranono@yahoo.com.br

**THE PERCEPTION OF THE LEGISLATIVE CITY COUNCIL ON EDUCATIONAL
POLICY IN THE MUNICIPALITY OF NEW HOPE OF PIRIÁ, STATE OF PARÁ,
BRAZIL**

Maria Das Graças Damasceno

Francisco Pereira de Oliveira

ABSTRACT

This work has as main objective to analyze the perception of the councilmen of the municipality of Nova Esperança of Piriá, state of Pará, on the public policies of education of the mentioned municipality, as well as to describe the perceptive process that the vereança has on the projects, programs and actions related to education. The research was conducted from August 2017 to January 2018. It was chosen as a qualitative research approach, where it was possible to elaborate and apply questionnaires with open and closed questions, focusing mainly on the parameters that involve public policies and their the description of the understanding of the subjects questioned. The sampling consisted of 5 (five) of the universe of 9 (nine) councilors of the City Hall of the Municipality of Nova Esperança of Piriá-PA. The analysis was based on the organization and tabulation of the responses from the questionnaire, and then on the analysis and interpretation of the content, with the transcription of the most expressive responses. The main results showed that the vereança does not perceive public education policies effectively in the municipality of Nova Esperança do Piriá-PA, and one of the factors for this non-perception is the lack of understanding of what these policies are. However, on the surface, there were few councilors who demonstrated and pointed out some of the public policies, for example, the National School Feeding Program and others, these being programs of the Federal Government.

Keywords: Educational Policies. City Council. Perception.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a educação brasileira passou por várias transformações significativas de cunho jurídico e institucional o que culminou em surgimentos de políticas públicas educacionais mais contundentes que alcançassem às necessidades de todo o bojo político-econômico-social. No que concerne ao sistema de educação é conveniente suscitar que está intrinsecamente relacionado aos aparelhos ideológicos do Estado (ALTHUSSER, 1987) que ‘regulam’ o sistema num aparato de promulgar uma sociedade de direitos igualitários – um Estado democrático de direito.

De acordo com Oliveira *et. al* (2010) a política pública é uma expressão que procura definir uma situação particular da política. Do ponto de vista etimológico, a política pública se promulga na ação do povo nas decisões territoriais. Mas historicamente essa participação obteve ideias distintas, podendo ter acontecido de maneira direta ou indireta, tendo o Estado como agente fundamental no acontecimento da construção de políticas públicas.

Políticas públicas são, nesse caso, percebidas como o Estado em movimento (HÖFLING, 2001); é o Estado inserindo projeto de governo, por meio de programas, de ações retornadas para setores exclusivos da sociedade. São compreendidas como as de responsabilidade do Estado - quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolvem órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada.

Para Azevedo (2003, p. 17) política pública “é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”. É a organização do que se pretende fazer de modo consensual e a definição normativa das ações para a solução ou resolução da situação-problema a qual gerou a necessidade da implantação da política pública.

Nessa discussão, Azevedo (2003) aponta três tipos de políticas públicas: as redistributivas- uma política pautada na analogia lendária de “Robin Hood”, isto é, o grupo de indivíduos que possuem recursos financeiros mais elevados devem se responsabilizar em contribuir com um custo maior do que aqueles que estão em situações menos favorecidas. As políticas distributivas que ocorrem na colaboração de todos para beneficiar pequenos grupos que necessitam de atendimentos prioritários. Nesse caso, são políticas que envolvem toda a sociedade para suprir as carências de alguns indivíduos em estado de emergência, por exemplo. E, as políticas regulatórias em que estão voltadas para a aplicabilidade das normas,

regulando as demais políticas. A transversalidade dessa política torna alguns setores e/ou cidadãos desfavoráveis dos benefícios de algumas ações concernentes às políticas públicas.

No viés educacional além de ter a ‘liberdade’ de seguir o paradigma de uma sociedade capitalista para promover o sujeito a um mercado totalmente lucrativo, também pode conceber o sujeito de ideias autônomas, crítica e emancipatória. Pois, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Nº 9.394/96, Artigos 1º e 2º, respectivamente, versam que ...

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2013)

Nesse contexto, a educação pública, enquanto direito inegável de todo o cidadão brasileiro, está imbricada com a política da cultura e, isso se deve pelo fato de o indivíduo ser de natureza política, ou seja, nasce em berço de uma sociedade altamente politizada com estruturas organizacionais definidas. Portanto, a política e a educação são ferramentas poderosas para determinar o direcionamento de uma sociedade, cabendo aos que detém esse instrumento de poder uma primazia de conhecimentos para melhor implementar ideias de interesses e benefícios comuns a todos (GRAMSCI, 1968).

Ao longo do curso acadêmico e com a oferta de um vasto conhecimento sobre educação e suas peculiaridades, pensei em vários temas para abordar no trabalho de conclusão de curso. Foi então que no período de oferta da disciplina “Política Educacional”, ministrada pelo professor Dr. Francisco Pereira de Oliveira, em uma discussão puramente eloquente, tive a curiosidade de saber quais os pensamentos e projetos que os vereadores do município de Nova Esperança do Piriá-PA, da qual resido há três anos, possuem em relação à Educação municipal. Pois, é de extrema importância que os legisladores municipais estejam preparados para serem colaboradores significativos à educação, uma vez que se considera a educação indispensável para o crescimento sócio-econômico-político e cultural.

Desse modo, pretende-se com esse trabalho analisar a percepção dos vereadores da câmara legislativa do município de Nova Esperança do Piriá-PA voltada à política educacional, adicionalmente, identificar as concepções que eles possuem de educação pública enquanto política de provimento do bem estar social e descrever as ações do legislativo

municipal de Nova Esperança do Piriá concernentes à promoção da política educacional no referido município.

Nesse aparato político educacional, acredita-se que os vereadores possuam a percepção de política pública educacional, pois é indiscutível que o papel executado por eles frente à sociedade, enquanto ‘ser político’, é de extrema importância para decisões e discussões que promovam possibilidades de avanços no cenário da política da educação.

1.1 Um breve passeio sobre as políticas de educação...

A educação é permanente não porque certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de sua finitude. Mais ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza “não apenas *saber que vivia* mas *saber que sabia* e, assim, saber que podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundam aí (FREIRE, 2001, p. 12).

Nesse preâmbulo, a educação está intrínseca na humanidade, é o que, de certa forma, impulsiona o movimento dos indivíduos para a conquista do saber o que gera ideias, comunicação, ressignificação, transformação, ou seja, uma “ação em cadeia”. Assim, Freitag (1986) discorre sobre as teorias educacionais nas quais tiveram ideias e ideologias bastante diversificadas de acordo com os seus períodos históricos, apontando a escola como aparelhos ideológicos do Estado que são mais evidentes nas sociedades capitalistas modernas em que atua como papel de interesse estatal.

Com isso, Oliveira Jr. (2010), em sua análise crítica da ação política- educacional pública, considera a educação como direito humano essencial numa construção do Estado democrático de direito, além de enfatizar que o estudo público possibilita na formação real do indivíduo com autonomia e senso crítico para discernir as ideias sociais.

A ação política na educação gera um novo olhar para sustentar um novo tempo em que o fator econômico e social necessita para atender ao enfoque da engrenagem mundial altamente capitalizada. O que Foucault (1984) apresenta como a questão de poder nas sociedades capitalistas (e suas influências) e, as resistências. E, tudo que se encontra fora dos aparelhos do Estado provocam mudanças no exercício do poder (método genealógico), desde que esteja, assim, destacado dos mecanismos do Estado.

O campo da política educacional é dinâmico e expansivo e está sendo muito procurado pelos pesquisadores e grupos de interesses afins, pois, percebeu-se que o crescimento

econômico-social muito depende do sucesso dessa área que, de certa forma, contribui direta e indiretamente em todas as esferas sociais.

Singer (1995) menciona de que o debate sobre a educação tem tomado rumos diferentes e, ele apresenta duas ideias que persistem para esse debate, das quais divide em “civil democrática”- a educação (e, também a escolarizada) desenvolvida para a formação cidadã, exercendo seus direitos e deveres da democracia; uma educação geradora de autonomia para uma classe, em especial menos privilegiada - e, a “produtivista”:

Esta concebe a educação sobretudo escolar como preparação dos indivíduos para o ingresso, da melhor forma possível, na divisão social do trabalho. Não custa repetir que também a visão produtivista não despreza outros propósitos do processo educacional, mas enfatiza o que é chamado pelos economistas de acumulação de capital humano (SINGER, 1995, p. 6).

É uma formação individual e produtiva na qual o educando precisa está disposto e preparado para ‘encarar’ a concorrência e exigências do mercado de produção. Nas entrelinhas, o homem se torna o próprio capital, o sucesso individual se relaciona com o bem-estar do todo, ou seja, a educação que se desenvolve na capacidade produtiva de cada indivíduo atinge uma escala maior de pessoas o que oportuniza em uma melhor convivência social.

Mas Marx (*apud* WEFFORT, 1991) já advém, em seus inscitos de outro tempo (no entanto bastante atual) que através da emancipação do indivíduo (identificado como proletariado), libertação social, é que se obtém a emancipação política, pois à medida que o modo de vida do ser social se transforma, a consciência humana também se modifica. O que condiciona o processo de vida do homem é o seu modo de produção, isto é, as funções sociais, políticas, econômicas que se exerce, gostando ou não, são indispensáveis para o resultado do indivíduo, não é o indivíduo que modifica o meio, mas o meio que transforma esse indivíduo.

O termo política é “derivado do adjetivo originado de *pólis* (*politikós*), que significa tudo o que se refere à cidade” (BOBBIO, 1998, p. 964), representa o lugar onde a sociedade (pessoas) discute ideias, lugar público. É a arte de governar o que estreitamente está relacionado com poder, sendo, nesse caso, o poder do homem sobre o indivíduo (o próprio homem). Mas, o homem precisa compreender que, segundo Aristóteles (2010, p. 11-12),

O Estado, ou sociedade política, é até mesmo o primeiro objeto a que se propôs a natureza. O todo existe necessariamente antes da parte. As sociedades domésticas e os indivíduos não são senão as partes integrantes da

Cidade, todas subordinadas ao corpo inteiro, todas distintas por seus poderes e funções, e todas inúteis quando desarticuladas (...). Aquele que não precisa dos outros homens, ou não pode resolver-se a ficar com eles, ou é um deus, ou um bruto. Assim, a inclinação natural leva os homens a este gênero de sociedade.

A questão da política que se pode cair no ‘vício’ Weffort (1991) e, não mais importante do que o poder é a sua permanência (uma visão maquiavélica). Portanto, o fazer política deve estar imbricado às necessidades do grupo da qual se governa, é a promoção da práxis para o bem comum.

Nesse aparato, dá-se o enfoque à política pública brasileira voltada para a educação o que convém citar Castro (1994) ao mencionar que a má administração dos recursos públicos para a educação é um fator que está diretamente ligado ao insucesso da economia do país. Embora a educação possua suas estratégias de forma correta, a parte que leva ao fracasso está na execução dessas estratégias que são injetadas de maneira imprópria, instaurando uma crise educacional: aumento de evasão escolar; infraestrutura inadequada; currículo saturado; remuneração aos educadores insatisfatória às exigências de trabalho, enfim, são inúmeras situações que Singer (1995) se refere em “crise do sistema escolar”- escola que não se adequa a realidade de sua clientela.

Dessa forma, surgem políticas em nível Federal que tentam solucionar a situação-problema e/ou promover melhor qualidade no sistema de ensino, através de programas, tais como: Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o mais atual Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA); Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC); Exame Nacional de Desempenho dos estudantes (ENADE); Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), entre outros.

Mas o que se propõe com este trabalho é observar e descrever os comportamentos dos vereadores em torno das políticas educacionais do município de Nova Esperança do Piriá-PA. Para um melhor entendimento foram organizados alguns itens de acordo com as questões abordadas na pesquisa, como: 1) O Olhar sobre a educação do município; 2) As políticas públicas municipais; 3) O papel do professor.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Área de Estudo

O presente estudo ocorreu no município de Nova Esperança do Piriá, Mesorregião do nordeste paraense e microrregião Guamá, a 193 km da capital, Belém. Tem, aproximadamente, 20 mil habitantes e sua emancipação ocorreu em dezembro de 1991, desmembrando-se do município de Viseu-PA.

Com clima tropical, o Piriá (expressão usualmente usada pelos pirienses), tendo como via de acesso a PA-124, encanta pelas serras que os rodeia criando um aspecto bucólico de natureza levemente intocável. A base econômica do lugar é a agricultura, a pecuária, o comércio e a extração de madeiras (serrarias) incluindo a área de reserva indígena que o município abarca, designando um problema de escala federal na preservação desse espaço.

O município possui redes bancárias; atendimento de saúde (Hospital); assistência social; Biblioteca; Supermercados; drogarias, Postos de combustíveis; Prédio administrativo (Prefeitura); igarapés e o Rio Piriá que completa a visão urbanística do lugar. Com um quadro efetivo de funcionários públicos de 623, o município tem a presença do Sindicato dos Servidores Municipal de Nova Esperança do Piriá (SSMNEP) atuante desde 24 de setembro de 2015. Há 07 escolas localizadas na área urbana e 42 na área rural que promovem o ensino Infantil e Fundamental.

O município possui o Plano Municipal de Educação (PME), onde são traçadas metas na promoção de desenvolver um espaço de melhor educação para seu povo, na qual possa servir as carências do lugar.

2.2 Coleta de dados

A abordagem de pesquisa implementada foi a qualitativa, dado o reconhecimento que é imprescindível que nessa pesquisa, segundo Lüdke & André (1986), haja um contato direto do pesquisador com o objeto pesquisado para que se necessário o pesquisador recorra às experiências vivenciadas de modo a compreender as situações que surgem no processo da pesquisa, pois,

O interesse central dessa pesquisa está em uma interpretação dos significados atribuídos pelos sujeitos a suas ações em uma realidade socialmente construída, através de observação participativa, isto é, o pesquisador fica imerso no fenômeno de interesse. Os dados obtidos por meio dessa participação ativa são de natureza qualitativa e analisados

correspondentemente. As hipóteses são geradas durante o processo investigativo (MOREIRA & ROSA, 2016, p.6-7).

O instrumento utilizado para a coleta foi o questionário com perguntas abertas e fechadas pertinentes à política educacional, dada a aceitação dos vereadores, mas antes houve toda uma observância da rotina precedida por eles. É relevante dizer que não se pode depreciar a contribuição quantitativa de uma pesquisa,

Pode-se, no máximo, priorizar uma a outra, por qualquer motivo, mas nunca para insinuar que uma se faria às expensas da outra, ou contra a outra. Todo fenômeno qualitativo, pelo fato de ser histórico, existe em contexto também material, temporal, espacial. E todo fenômeno histórico quantitativo, se envolver o ser humano, também contém a dimensão qualitativa (DEMO, 1998, p. 92).

A amostragem foi constituída por 05 (cinco) vereadores do município na Câmara Legislativa de Nova Esperança do Piriá. O critério de escolha foi sorteio aleatório com os nomes de todos os 09 vereadores, sendo a amostragem de apenas 05 para relacionar com os estudos documentais.

Ainda, a pesquisa privilegiou a análise documental do Plano Municipal de Educação, Decretos, Leis, Resoluções, Portarias, etc., Plano de Ação da Comissão de Educação da referida Câmara. A pesquisa foi realizada no mês de agosto e setembro do ano 2017 com a participação do pesquisador em reuniões formais da Câmara Legislativa, conversas informais com alguns vereadores e da aplicação dos questionários. Para que as identidades dos vereadores não sejam reveladas, serão identificados por um código numérico que aparecerem nas fichas dos questionários e suas falas serão transcritas na íntegra.

2.3 Análise de dados

Os dados que foram coletados, posteriormente, seguiram para a observação. As respostas de mais expressivas transcritas total ou parcialmente. Valemo-nos, também, da interpretação, que para Severino (2007, p. 59) é...

Interpretar, no sentido restrito, é tomar uma posição própria a respeito das ideias enunciadas, é superar a estrita mensagem do texto, é ler nas entrelinhas, é forçar o autor a um diálogo, é explorar toda a fecundidade das ideias expostas, é coteja-las com outras, enfim, é dialogar.

O trabalho também foi desenvolvido através de estudo documental que após lido e compreendido foi transcrito na íntegra ou na sua parcialidade o que correlacionava com as falas e resultados obtidos a partir do questionário.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

3.1 A percepção sobre a educação do município de Nova Esperança do Piriá

O olhar que se tem sobre a educação do município é de suma importância para que a educação tenha bons caminhos, pois uma gestão que se preocupa com isso, certamente, está visando um futuro de qualidade para seus cidadãos. Logo, perguntou-se: o que os vereadores percebem com relação à educação do município de Nova Esperança. Nesse sentido, discorreu-se da ideia de que a educação municipal...

Precisa melhorar bastante, dando condições de trabalho digna a professores e comodidade a alunos (VEREADOR-01)

Deveria ter mais comprometimento por parte dos gestores. Qualificação dos docentes, valorização da remuneração (VEREADOR-02)

Outros vereadores mencionaram que a educação municipal está em estado “péssimo”, pois não acreditam que a gestão contribui para que esse quadro tenha melhoras. O Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira (IDEBE) no ano de 2015 teve a nota 3.7, ficando abaixo da ponderação nacional.

O Plano Municipal de Educação (PME) 2015-2025 dispõe de metas e estratégias que atenderão a população e, que pode ser modificado conforme a necessidade do município. Inspirado nas Diretrizes Curriculares Nacional da Educação Básica e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Nº 9.394/96, o plano prevê que a lotação de classe por professor deve ser de no mínimo 25 alunos (nos três primeiros anos do Ensino Fundamental) e no máximo 35 alunos nos anos finais do Fundamental.

No tocante da pesquisa sobre o Plano Municipal de Educação, alguns vereadores apresentaram suas respostas indignadas, outros falaram desconhecer ou não está atualizado:

Seria muito bom se colocasse em prática a lei, infelizmente a uma desobediência por parte do executivo (VEREADOR-01).

... pelo pouco que conheço, falta muito para ser cumprida todas as metas que estão no plano e muito mais (VEREADOR-02).

A maioria dos vereadores disse ter filhos matriculados na rede pública municipal de ensino e que não são de acordo com o ‘descaso’ da gestão para o ensino educacional das escolas e, ainda declararam ser injusto a falta de valorização dos profissionais, em especial os de educação:

... deveriam ganhar mais, porque são eles quem formam a população para que tenhamos um mundo melhor (VEREADOR-02)

Os diretores sim... como vigia e servente não... professor... salário péssimo (VEREADOR-03).

Não ganha bem porque é muito trabalho e pouco reconhecimento (VEREADOR-04).

O Plano de Cargo, Carreira e Remuneração (PCCR), Lei Nº 196/13 de 14 de novembro de 2013, Art. 1º, do município garante a valorização dos trabalhadores:

II- Valorizar e profissionalizar o servidor através da participação em programas de formação, capacitação e aperfeiçoamento profissional;

III- Viabilizar a integração dos interesses dos trabalhadores da Educação e do Sistema de Ensino Municipal;

IV- Assegurar o estabelecimento de remuneração pontual e condigna com a formação profissional;

V- Assegurar à progressão na carreira obedecida a qualificação crescente através da mudança de nível e promoção de classe.

Portanto, o PCCR é um documento que ampara os servidores para que tão somente conheçam seus deveres, como seus direitos para que possam exercer a profissão de forma legal e segura.

Às autoridades vereanças, a educação do município sofre um grande impasse, no que se refere à qualidade, pois o gestor municipal faz muito pouco caso na melhoria da remuneração dos profissionais de educação, assim como da estrutura e alimentação escolar para os alunos.

No tocante, é de suma importância refletir sobre as ideias que se possui em relação à qualidade de educação, uma vez que essa esfera é de grande importância sendo a causa de inúmeros debates na pretensão de alcançar a equidade de ensino e aprendizagem para todos. E, no que diz respeito às escolas públicas de ensino há fatores internos e externos que promovem o sucesso ou insucesso da educação, atrelados à gestão governamental e suas prioridades. Para Moacyr Gadotti (2013) a qualidade da educação, - interligada a quantidade-, vai muito além de uma boa remuneração profissional e escolas equipadas, trata-se de um assunto complexo e amplo em que se propõe um novo paradigma que contemple todas as esferas da conjuntura do 'ser' do indivíduo. Ou seja...

Qualidade significa melhorar a vida das pessoas, de todas as pessoas. Na educação a qualidade está ligada diretamente ao bem viver de todas as nossas comunidades, a partir da comunidade escolar. A qualidade na educação não pode ser boa se a qualidade do professor, do aluno, da comunidade é ruim. Não podemos separar a qualidade da educação da qualidade como um todo, como se fosse possível ser de qualidade ao entrar na escola e piorar a qualidade ao sair dela (GADOTTI, 2013, p. 2).

Nesse âmbito Mendes afirma...

Para que o País possa obter um ensino público com qualidade, é necessário que tenha possibilidades concretas, políticas públicas que atendam à realidade da sociedade a fim de que haja condições de preparar as crianças, os jovens e os adultos para enfrentar as reivindicações do mundo atual (2010, p.63).

Por isso é necessário que haja um olhar especial para a educação, pois não se pode isolá-la ou, simplesmente, fazer alguns “reparos”. É preciso compreender que a educação faz parte de todos os matizes sociais e que abarca um paradigma que aborda a maior quantidade dessas promoções ‘ideológicas’- que visem não somente uma parte, mas um todo-, é trabalhar para a qualidade que tanto se almeja.

A educação, em sua primazia, consiste em um direito de todos, pois...

O direito à educação escolar é um desses espaços que não perderam e nem perderão sua atualidade.

Hoje, praticamente, não há país no mundo que não garanta, em seus textos legais, o acesso de seus cidadãos à educação básica. Afinal, a educação escolar é uma dimensão fundante da cidadania, e tal princípio é indispensável para políticas que visam à participação de todos nos espaços sociais e políticos e, mesmo, para reinserção no mundo profissional (CURY, 2002, p. 246).

Dessa forma é necessário transitar no direito da aprendizagem do aluno e qual o seu valor atribuído, pois é consideravelmente fundamental para o crescimento qualitativo da educação escolar. E, também na formação contínua dos profissionais de educação, uma vez que fazem parte diretamente da engrenagem do sistema educacional.

O professor precisa está arraigado no panorama da educação, não como um ‘suporte’, mas como sujeito de transformação- um sujeito que instiga à mudança dos educandos- de modo a causar impactos positivos de cunho pessoal e social no indivíduo, além de receber o suporte essencial para alcançar esse nível de transformação. Nessa vertente, a formação continuada dos profissionais de educação, no que se refere ao alcance de transformação inter e extraescolar do sujeito, deve abarcar todo o bojo do sistema educacional e sua real situação para que a partir da problemática, haja ‘caminhos’ e/ou estratégias de ensino significativo

para o ‘mundo’ existencial do aluno. Assim como incluir todos pertencentes ao corpo escolar (desde o gestor à merendeira), pois...

É um momento de ressignificação do espaço escolar, para além das paredes da sala de aula e da transmissão de conteúdos, tornando a escola um lugar sintonizado com os direitos sociais, contextualizado ao meio e ao tempo presente, nos quais sujeitos constroem, com autonomia e em cooperação, seus conhecimentos e sua própria história (BRASIL, 2004, p. 14)

E, isso tão somente abrange para a remuneração, como para um ambiente (físico) relevante à aprendizagem e também a contínua formação. Para tanto, é viável que as políticas públicas voltadas para a educação estejam em consonância para a construção de uma sociedade que ampare todos, não de forma homogênea, mas à vista da alteridade em que Macedo aponta:

Apostando na crença de que o público não significa a diluição do todos no um da nação (ou do mercado), mas o compromisso com deixar emergir a diferença concreta. Essa é a luta incessante por justiça social. A interferência de que precisamos, no jogo de forças que está posto, é o investimento em salário, em condições de trabalho e de formação contínua dos profissionais da educação, em infraestrutura das escolas. Isso sim pode facilitar a luta diária das comunidades escolares que vai produzindo, em seu existir, uma sociedade mais justa (2015, p. 905).

Mesmo com todo o enfoco sobre a educação, a qualificação dos professores ainda precisa ser percebida como fator de extrema importância na promoção da qualidade educacional, pois...

os programas de educação continuada ainda são precários na maioria das redes escolares, apesar das oportunidade oferecidas por iniciativas governamentais e privadas, particularmente com o uso da educação a distância. Cumpre destacar que essa situação reside, também, na extensa carga horária de trabalho assumida por significativa parcela de professores, em busca de complementação salarial... (CASTRO, 2007, p. 26).

Os programas são meios assertivos de melhorar a situação profissional de formação do educando, no entanto, ainda não conseguem atingir em sua totalidade. O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) surgiu para ofertar a educação de nível superior (primeira ou segunda graduação- esta destinada a alcançar professores que atuam em áreas diferentes de sua formação) para professores da rede pública de ensino em exercício e, é um dos programas que movimentou uma quantidade expressiva de professores para que pudesse ter a formação que a LDB exige através da Redação dada pela lei nº 13.415, atualizada em 2017:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco

primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (BRASIL, 2017).

Assim, tem-se também o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID); Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial; Portal do Professor que apoia o processo de formação dos professores em armazenar e circular materiais de conteúdos multimídias; Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia educacional (PROINFO INTEGRADO), além de outros programas.

Dessa forma, os programas são estratégias governamentais para promover assistencialismo aos professores para que correspondam às necessidades emergenciais em prol da qualidade na educação pública.

3.2 Os projetos para a educação

Através da preocupação com a qualidade da educação, tem-se a necessidade de construção de projetos que promovam a (re)organização das ideias para que as mudanças aconteçam e, isso gera nas políticas públicas a força para atuar com medidas emergências que, também podem se tornar duradouras. Na verdade a educação é uma política social, uma vez que é de responsabilidade do Estado abarcar esse sistema a tornar uma via de acesso público. Nessa vertente Castro (1999, p. 18) lembra que:

A liderança do governo federal no campo das políticas de promoção da equidade e da qualidade do sistema educacional somente foi assumida com maior desenvoltura na década de 90, consolidando-se nos últimos quatro anos. Ao mesmo tempo, a emergência dos Estados e municípios como atores importantes no processo de formulação e implementação das políticas nacionais de educação básica- fenômeno que se insere na dinâmica da redemocratização do País- contribuiu para que o próprio MEC assumisse um novo papel, concentrando-se na articulação e no monitoramento destas políticas.

No que tange o município de Nova Esperança do Piriá, as políticas públicas de educação estão atreladas àquelas que já fazem parte das políticas do Governo Federal e outras que foram inspiradas em modelos de municípios vizinhos, como Programa Saúde da Mulher (informar e prevenir, principalmente as adolescentes); Centro de Atendimento de Educação Especializada (CAEE); gêneros alimentícios da agricultura familiar na escola (valorização dos alimentos da terra); biblioteca na escola (incentivo à leitura).

Diante disso, dois vereadores analisados não souberam responder se o município possui projetos educacionais. O vereador-04 que declarou ter afinidade com a agricultura,

pois seus projetos estão nessa área, demonstrou ter conhecimento sobre os alimentos da terra que abastecem a alimentação escolar do município, mas não conseguiu explicar o assunto.

Quanto aos projetos das autoridades legislativa voltados para a educação, deliberaram que:

Nosso 'projeto' hoje é lutar por condições dignas de trabalho e melhorias nas estruturas educacionais; recentemente conseguimos aprovar a lei da Jornada de trabalho do professor (VEREADOR-01).

Não. Porque atuo na área da saúde (VEREADOR-02).

Não tenho, mas luto pelos professores (VEREADOR-04).

Os projetos devem ser considerados como iniciativas para que uma determinada situação da qual a população ou um pequeno grupo social esteja vivenciando e que gerou um fator de 'risco' para o bem comum, possam ser utilizados de formas estratégicas das quais promovam o direcionamento da solução e/ou amenização do problema. Como o Projeto Político Pedagógico de uma escola que vem orientar e nortear as ações que o corpo escolar precisa para que se tenha um bom funcionamento da instituição, tanto interescolar, como extraescolar.

Desse modo, é indispensável a 'figura' dos sujeitos que compõe o Legislativo, pois a eles (vereadores) são dadas atribuições de criar leis e fiscalizar as ações do executivo em prol do bom funcionamento da gestão.

As atribuições dos Vereadores são predominantemente legislativas, embora também exerçam funções de controle e fiscalização de determinados atos do Executivo, de julgamento de infrações político-administrativas do Prefeito e de seus pares e pratiquem atos meramente administrativos nos assuntos de economia interna da Câmara, quando investidos em cargos da Mesa ou em funções transitórias de administração da Casa.

Sendo muitos os aspectos em que as necessidades da comunidade reclamam por solução, variadíssima é a atividade parlamentar, a ser materializada em disposições normativas (leis), em deliberações administrativas (decretos legislativos, resoluções, e outros atos), em sugestões ao Executivo (indicações), bem como sobre todo e qualquer assunto de competência local (GONÇALVES, 2015, p.16-17).

No tocante, o vereador possui o papel relevante e indispensável para a esfera municipal, pois é o "olho" da população no que diz respeito às ações da gestão, uma vez que está nessa condição devido autorização de sua clientela- democratização do voto. Ou seja, ao

vereador cabe criar leis que vigorem no município, além de assumir a representatividade do povo perante o poder público, é ter autonomia política para nortear as situações-problemas da comunidade ao qual atua.

Nesse caso, o vereador possui liberdade de criar projetos que norteiam a educação do município e, assim apreender meios para fomentar recursos necessários para revigorá-los, mas sempre em consonância com a esfera governamental- Constituição Federal.

No Plano Municipal de Educação (PME) de Nova Esperança do Piriá, pela liberdade que o município possui em tê-lo, vem assegurar a descentralização da educação em modelos prontos para adequá-la à realidade local. O Sistema Municipal de Ensino foi oficializado em 30 de outubro de 2010/2014 por meio da Lei municipal, tendo o Órgão Normatizador, o Conselho Municipal de Educação- no qual possui normas pautadas em abarcar as peculiaridades sociais e culturais- e, a Secretaria Municipal de Educação que justapõe essas leis em todo território da cidade.

Nesse âmbito, a Secretaria Municipal de Educação propõe, como objetivo central, um ensino de qualidade para que tão somente garanta aos alunos o acesso e a permanência, como ao bom desempenho. Também vem assegurar a valorização dos profissionais de educação, assim como na oferta de aperfeiçoamento de suas ações docentes.

A Secretaria Municipal de Educação, por meio da socialização das formações continuadas e da multiplicidade de ações que norteiam o trabalho da rede, tem como concepção de educação um processo amplo, progressista, libertador, direcionado para atingir todas as dimensões da pessoa, considerando o tempo e o espaço em que ela está inserida e tendo como instrumentos legitimadores os princípios constitucionais e a legislação vigente (PME, 2015, p. 28).

Assim, PME traçou 21 metas acompanhadas de estratégias para serem alcançadas no decorrer de dez anos (2015-2025), visando na garantia de uma educação pautada em incluir todas as camadas pertencentes ao campo do ensino e aprendizagem. Assegura a educação infantil na pré-escola para crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade; universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população na equivalência de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos; oferecer a educação em tempo integral em no mínimo 4% das escolas públicas; entre outras metas.

As políticas públicas voltadas para a educação do município pirienses buscam parcerias com o governo Estadual e Federal para a construção de escola polo para o acesso e

permanência à Educação Básica de qualidade à população que mora e trabalha no campo, para que se tenha um currículo e um calendário específico, através do Programa Caminho da Escola.

Para tanto, ao que confere a vereança desse município, percebeu-se, em alguns, o desconhecimento dessa e de outras políticas públicas que almejam na dissolução dos problemas das quais o município apresenta. A concepção da qual se observou, em relação à Política Pública de Educação, foi ‘insatisfatória’, pois não apresentaram com clareza, uma vez que é de suas responsabilidades, conhecer e compreender, ao menos, o funcionamento do sistema que abrange a educação.

Por outro lado, outros vereadores mencionaram o que conhecem de Política Pública educacional:

Capacitação de professores, Faculdades Especializadas (tipo PARFOR).
(VEREADOR-01).

São políticas que se forem bem destinadas contribuem bastante para o bem estar e o conhecimento, lazer e outras. (VEREADOR-02).

A “Agricultura da Família”, citada pelo VEREADOR-04, é uma política que visa orientar às famílias a cultivar de modo a preservar o meio ambiente, pois o município é muito desmatado pela extração ilegal da madeira que abastece a região e, também, outras cidades. Além de incentivar à permanência das famílias no campo. No entanto, não se tem o conhecimento devido sobre essa política- se realmente funciona- diz o vereador.

É sabido que os projetos voltados para educação são essenciais para alavancar diversos setores sociais e, que não obstante contribuem para formação do sujeito a proporcionar mais autonomia na tomada de decisões. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação básica e de valorização dos profissionais da Educação- (FUNDEB); Plano Plurianual (PPP); Plano de Ações Articuladas são exemplos de políticas que foram articuladas para melhor organizar a educação, o que ocorreu avanço significativo para a história da educação brasileira.

4 ALGUMAS PONDERAÇÕES

As políticas públicas voltadas para a educação têm gerado muitos discursos e, também conceitos em torno desse ‘fenômeno’ social. Sabe-se que surgem a partir do desejo de

construir e/ou refazer caminhos nos moldes de uma sociedade politizada e altamente capitalista, mas sem perder a formação do sujeito enquanto ser cultural e autônomo. O homem é um ser político (Aristóteles) e, isso explica a vontade de ser político; de querer ter o domínio, o governo sobre o outro.

Estar no poder é tanto uma responsabilidade como um estado de poder. O preparo para exercer tal função é fundamental para que não seja infortúnio em sua própria falta de saber. Gerir um município requer conhecê-lo, entender que vai além de uma simples administração financeira, é, no tocante, gerenciar pessoas levando em consideração o fator cultural-social-econômico.

Outrossim, remete-se também aos legisladores municipais que além de fiscalizar as ações do governo executivo, tem em seu poder a criação de projetos e leis para que beneficie os sujeitos das quais estão em poderio do gestor municipal. Tudo isso se faz compreender que, em tempos democráticos, é de extrema relevância o poder que se transfere, pois os riscos de serem ‘desperdiçados’ são válidos.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

ARISTÓTELES. **A Política**. Trad. de Roberto L. Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ARISTÓTELES. **A Política**. 1ª ed.. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010. (Coleção Folha: livros que mudaram o mundo, 11).

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. *In*: Santos Júnior, Orlando A. Dos (Et.al). **Políticas públicas e gestão local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: Fase, 2003.

BOBBIO, Norberto *et al.* **Dicionário de Política**. 11 ed. Brasília: UnB, 1998, 1v.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (DCNEB)**. Ministério de Educação: Brasília, 2013.

BRASIL. **Lei nº 13.145, de 16 de fevereiro 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2017.

Brasil. Ministério da Educação. **Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação**: em cena, os funcionários de escola / Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2004.

CASTRO, Cláudio M. **Educação Brasileira**: consertos e remendos. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

CASTRO, M.H.G. de. **A educação para o século XXI**: o desafio da qualidade e da equidade. Brasília: INEP, 1999.

CASTRO, Marcelo L. Ottoni de. **A educação brasileira nos dez anos da LDB**. Brasília: consultoria Legislativa do Senado Federal, 2007.

CURY, C. R. J. **Direito à educação**: direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa, n.116, p.245-262, jun. 2002.

DEMO, P. Pesquisa qualitativa. Busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. **Rev.latino-am.enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 89-104, abril 1998.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Roberto Machado (tradução/ org.). 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**: ensaios. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado & Sociedade**. 6ª ed. São Paulo: Moraes, 1986. p.142.

GADOTTI, Moacir. **Qualidade na Educação: Uma nova abordagem.** Florianópolis: Congresso de Educação Básica: qualidade na aprendizagem (COEB), 2013.

GONÇALVES, Marcos Flávio R. **O vereador e câmara municipal.** 6ª ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2015.

GRAMSCI, A. **Os Dirigentes e a Organização da Cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais.** Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas (Temas básicos de educação e ensino).** São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Comum para Currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem? **Educação & Sociedade**, vol. 36, núm. 133, 2015, pp. 891-908 Centro de Estudos Educação e Sociedade Campinas, Brasil.

MENDES, Maria Socorro dos Santos. Qualidade de Ensino na escola pública: Desafios e (im)possibilidades. **Rev. Ensaios e Estudos Teóricos- CESMAC**, 2010, p. 61-71.

MOREIRA, Marco A. & ROSA, Paulo Ricardo S. **Pesquisa em Ensino: métodos qualitativos e quantitativos.** 2ª ed.(revisada). Porto Alegre: Brasil, 2016.

NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ. **Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação.** Lei municipal nº196/13 de 14 de novembro de 2013. Nova Esperança do Piriá-Pará, 2013.

NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ. **Plano Municipal de Educação (PME).** Secretaria Municipal de Educação-SEMED. Nova Esperança do Piriá, 2015.

OLIVEIRA, Adão F. PIZZIO, Alex & FRANÇA, George. **Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas.** , Goiás: Editora da PUC, 2010, páginas 93-99. 2v.

OLIVEIRA JÚNIOR, Washington Luiz de. A educação pública brasileira, enquanto direito fundamental, e a sua ação política na busca permanente ao estado democrático de direito. **R. Sul.** V CINFE- ISSN 2177-644x. 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SINGER, Paul. **Poder, política e educação.** Conferência de abertura da XVIII Reunião Anual da ANPED, Caxambu, outubro de 1995.

WEFFORT, Francisco (rg.). **Os Clássicos da Política II.** São Paulo: Ática, 1991.

ANEXOS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Tema de Pesquisa: "A Percepção da Câmara municipal legislativa sobre a política educacional no município de Nova Esperança do Piriá-Pará"

ORIENTANDA: **MARIA DAS GRAÇAS DAMASCENO**
ORIENTADOR: **PROF. FRANCISCO PEREIRA DE OLIVEIRA**

Questionário (01)

Nome: _____

Idade: _____

1- Qual a sua formação escolar (até que série estudou)? _____

2- É a primeira vez que você está na condição de vereança? () Sim. () Não. Quantas vezes

3- Antes de estar na condição de vereador (a), o(a) senhor(a) trabalhava em quê?

4- O(A) senhor(a), além do cargo que exerce na Câmara Legislativa Municipal, possui outro emprego e/ou ocupação?

5- O(A) senhor(a) possui filhos que estudam na rede municipal de ensino?

6- O que o(a) senhor(a) pensa da educação do município?

7- O que o(a) senhor(a) conhece sobre a função de professor(a)?

8- Qual a importância de se realizar o Plano Municipal de Educação?

9- Você conhece o Plano Municipal de Educação de Nova Esperança do Piriá? Você pode falar sobre ele?

10- O que o(a) senhor(a) entende sobre Políticas Públicas voltadas para a educação?

11- O município de Nova Esperança possui política pública de Educação? Você pode descrever qual?

12- O que a Lei Orgânica do Município de Nova Esperança menciona sobre política pública de educação?

13- No município de Nova Esperança do Piriá tem Merenda Escolar, Transporte Escolar, Creche e Escolas?

14- A merenda escolar tem gêneros alimentícios da agricultura familiar? É uma política pública de educação?

15- Quais os projetos educacionais que você conhece em Nova Esperança do Piriá?

16- No município de Nova Esperança do Piriá tem Plano de Cargos e Remuneração dos profissionais da educação? Você conhece? Pode descrevê-lo?

17- Quanto recebe:

Um professor: _____ Uma servente: _____ Um vigia: _____ Uma diretora:

Eles ganham bem? Por quê?

18- O(A) senhor(a) possui projetos voltados para a educação do município? Quais?

➤ Sessão na Câmara legislativa municipal de Nova Esperança do Piriá-PA



Imagem- 01



Imagem- 02